

Só o receptor salva a comunicação

■ VINÍCIUS ROMANINI*

WOLTON, Dominique (2007).
É preciso salvar a comunicação.
(trad. Vanise Pereira Dresch).
São Paulo: Paulus, 235p.

RESUMO

O livro mostra como o triunfo da comunicação nas sociedades modernas se transformou num fator para sua própria fragilização. Enquanto a comunicação funcional, apoiada na técnica e na economia, floresceu rapidamente nos últimos 50 anos, a comunicação normativa, responsável por criar os laços sociais e garantir um projeto comum para as sociedades democráticas, manteve-se atrofiada. Para equilibrar as duas dimensões da comunicação e evitar que a incomunicação leve ao esfacelamento da democracia, é preciso voltar-se para o receptor da comunicação, buscando respeito e a coabitação entre as culturas do mundo globalizado.

Palavras-chave: comunicação, aspectos sociais, comunicação na política, globalização

ABSTRACT

The book shows how the apparent triumph of communication in the modern societies has become a factor for its own weakness. While the functional dimension of communication has quickly flourished in the last 50 years, its normative dimension, responsible for the social bounds and the creation of a common project for the democratic societies, has been kept atrophied. To equilibrate both dimensions, avoiding that incommunication leads to the break down of democracy, we need turn our attention to the receptor of communication, emphasizing respect and cohabitation among the cultures of our globalized world.

Key words: Communication – social aspects, Communication in the politics, globalization

* Semióticista e professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
viniroma@gmail.com

O SOCIÓLOGO FRANCÊS DOMINIQUE Wolton, diretor do núcleo de pesquisa sobre a comunicação do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS, na sigla em francês), há 30 anos desenvolve uma reflexão que põe a comunicação no centro das preocupações sobre o destino da democracia, da globalização e da relação entre os povos e civilizações. Sua ênfase tem sido a comunicação política e suas relações com a cultura, e a identidade dos povos – tríade que ele chamou de “triângulo infernal” e que vem discutindo em duas dezenas de livros e mais de uma centena de artigos ao longo de sua carreira. Além dessa expressiva produção acadêmica, Wolton dirige desde 1988 a revista *Hermès* e, desde 1998, passou a coordenar também a prestigiosa coleção de livros *Communication*. Em 2007, criou e assumiu a direção do Instituto de Ciências da Comunicação, também do CNRS, que pretende liderar os estudos em comunicação social na França.

Seu livro mais conhecido é *Elogio do grande público*, publicado na França em 1990 (no Brasil, saiu em 1996), em que suas teses principais são lançadas e discutidas. Contra o pessimismo dos pensadores herdeiros da tradição marxista, de um lado, e do entusiasmo dos adeptos das novas mídias digitais, de outro, Wolton se posicionou a favor das redes de televisão abertas ameaçadas pela proliferação dos canais temáticos e segmentados. Para ele, meios de comunicação de massa como o rádio e a televisão têm a capacidade de gerar um espaço de compartilhamento de idéias que é indispensável para a manutenção da democracia e, mais geralmente, dos valores expressos pelo Iluminismo, como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Sem os laços sociais produzidos por meios de comunicação voltados para o grande público, em que temas gerais são colocados na agenda de discussão, as sociedades correm o risco de se esfelcar em guetos culturais e religiosos. Em outras palavras, a total liberdade de escolha oferecida pelas mídias digitais favorece a criação de comunidades fechadas, produzindo incomunicação, desconfiança e violência.

Em seu último livro publicado no Brasil, *É preciso salvar a comunicação* (Paulus, 2006, lançado um ano antes na França), Wolton desenvolve e atualiza essas questões tendo em vista a rápida evolução do panorama da comunicação e da política internacional nas duas últimas décadas. Nesse mesmo período, Wolton publicou outros livros, como *War Game – a informação e a guerra* (1992), *A última utopia* (1993), *Pensar a comunicação* (1997), *Internet, e depois?* (1999) e *A outra globalização* (2003). *É preciso salvar a comunicação* oferece um ótimo resumo das questões discutidas nessas obras, ao mesmo tempo em que produz uma reflexão sobre o estágio atual do sempre dinâmico problema da relação entre as ciências da comunicação e as ciências políticas. Como explica o próprio Wolton, “o objetivo desse livro é dar continuidade à reflexão

iniciada em minhas obras anteriores sobre *o estatuto da comunicação em nossas sociedades e sobre seu papel na globalização*” (p. 23). Dominique Wolton quer pôr a nu “a fragilidade da comunicação que vai além de seu próprio triunfo” (p. 125), mostrando que é justamente a onipresença e aparente onipotência da comunicação que a tornam frágil e ameaçada.

Não há dúvida, para Wolton, que as transformações na esfera da comunicação representam a mais importante revolução dos últimos 50 anos da história da humanidade: há um fluxo crescente de emissores, mensagens e receptores que se conectam cada vez mais rapidamente e de lugares cada vez mais distantes entre si. As antigas barreiras do tempo/espço foram abolidas graças às novas tecnologias digitais, e à rápida globalização da economia mundial. Por comunicação, explica, deve-se tomar um processo de transmissão de mensagens que tem três dimensões inextricáveis: uma técnica, que envolve os instrumentos e rotinas adotadas, a econômica, que envolve a economia das trocas de mensagem, e a cultural, que diz respeito ao espaço simbólico onde as trocas ocorrem.

As duas primeiras dimensões podem ser reduzidas ao que Wolton define como a dimensão *funcional* da comunicação, enquanto a terceira é definida como a dimensão *normativa* da comunicação. A dimensão funcional depende apenas da técnica e da economia e enfatiza a transmissão de informações, a conexão física das pessoas e o acesso aos novos meios digitais. De valor essencialmente humanista, a dimensão normativa enfatiza a produção de consenso e está ancorada na fraternidade, no respeito pelo outro no ambiente de diversidade cultural das sociedades modernas:

A dimensão normativa remete ao ideal da comunicação: informar, dialogar, compartilhar, compreender-se. A dimensão funcional, como seu nome indica, ilustra o fato de que, nas sociedades modernas, muitas informações são simplesmente necessárias para o funcionamento das relações humanas e sociais. Para viver, trabalhar, deslocar-se todos precisam administrar um grande número de informações práticas, e tais informações, úteis para a vida cotidiana e para a sociedade, são algo totalmente diferente do ideal da intercompreensão. Essas duas dimensões da comunicação funcionam de certo modo segundo o modelo de uma dupla hélice, tal qual a do gene, num processo dinâmico contínuo.

Wolton mostra que a overdose de comunicação funcional gera nos usuários uma ressaca proporcional à sua intensidade e volume. Onipresente, a comunicação se banaliza, perde valor e passa a ser tratada como um incômodo. Se antes era vista como uma conquista democrática nascida no bojo dos ideais iluministas – a liberdade de expressão e de acesso à informação – agora a

comunicação, triunfante nos domínios da técnica e da economia, vê a importância de seu papel social sendo corroído enquanto se sujeita à superficialidade dos conteúdos da sociedade do espetáculo. “A conseqüência desse processo sem maestro é uma forma de despotismo midiático com um estilo, ‘o estilo mídia’, e uma simplificação que se impõe a todos (...) Do simples ao simplista, basta um passo, que freqüentemente é dado muito depressa, por boas razões no início, mas, depois de um dado momento, por simples efeito mecânico do poder da mídia” (p. 61).

No entanto, explica Wolton, é um engano acreditar que o público não se incomoda com a crescente banalização dos conteúdos midiáticos. Os receptores, ao contrário do que pensam muitos comunicadores, continuam livres e críticos. Podem até ser ignorantes, mas não deixam de ser inteligentes. Se no curto prazo aceitam o jogo e consomem maior volume de informação, no longo prazo passam a desvalorizar a comunicação. Os excessos do modelo atual de comunicação produzem, como efeito colateral, uma crescente desconfiança sobre seu valor num público cada vez mais saturado de informações.

A busca pela comunicação a todo custo também produziu uma progressiva confusão nos papéis sociais que, no passado, eram muito mais bem definidos entre profissionais da informação (jornalistas, radialistas, editores, publicitários etc.), profissionais do conhecimento (cientistas, intelectuais, professores etc.) e profissionais da ação (políticos, governantes, burocratas etc.). A *ágora* mediática e em tempo real da democracia informatizada embaralhou de tal forma esses papéis, aproximou-os tanto que o público já não reconhece mais sua autoridade. Mais uma vez, instaurou-se a desconfiança. Comunicadores em geral, e jornalistas em particular, são cada vez mais criticados, desprestigiados e suspeitados. Para fugir desse ciclo da transmissão mecânica e banal dos acontecimentos, “os jornalistas devem, permanecendo em seu espaço simbólico, sair das *news*, buscar as chaves da compreensão dos acontecimentos, ou seja, encontrar a *densidade* da história por trás da força dos acontecimentos” (p. 45).

Na sociedade de comunicação generalizada, a ressaca da incomunicação pode fazer como que o sonho da aldeia global se transforme no pesadelo da torre de Babel. Os conflitos raciais que recentemente eclodiram nas ruas das principais cidades francesas, o crescimento do fundamentalismo religioso, a internacionalização do terrorismo e a guerra no Iraque são conseqüências diretas da inabilidade política de lidarmos com as questões criadas pela comunicação. Mais do que nunca, o “outro”, o diverso, ganhou visibilidade e proximidade graças à expansão das redes comunicativas. Ou seja: a comunicação generalizada potencializou a incomunicação no caleidoscópio das línguas, etnias e culturas que constituem o mundo atual. Isso porque “quanto mais as mensagens

se globalizam, mais as diferenças culturais da comunicação se afirmam” (p. 17). Deve haver, portanto, um deslocamento da comunicação para o pólo do receptor, que representa justamente o “outro” com o qual não podemos deixar de dialogar se quisermos evitar a desagregação completa.

Ora, falar do “outro” é, em última instância, focar a atenção para o papel do receptor das mensagens. É levantar o binômio alteridade e identidade, reconhecer o contato e a necessidade de convivência cada vez maior entre as culturas, seja no âmbito internacional, seja no nacional, com a presença crescente de fluxos migratórios. O receptor é, portanto, o grande desafio da comunicação futura, o fiel da balança de todo processo comunicativo que se pretenda democrático. “A comunicação é um processo muito complexo de negociação entre as ideologias e as representações do receptor, que lhe permitem filtrar o que vem do exterior. Sim, o receptor é sempre ativo, esteja ele lendo, escutando, assistindo ou usando seu computador. Sim, o receptor é o grande enigma da comunicação, um enigma cujo interesse é crescente com a globalização da informação e da comunicação” (p. 33). Para Wolton, apenas uma comunicação que respeite a cultura, as ideologias e até mesmo os estereótipos dos receptores, legitimando seu direito a ter opiniões e modos de pensar diversos dos nossos, tem a possibilidade de evitar que a inevitável incomunicação entre as pessoas, comunidades e culturas se degenerem em conflitos.

Wolton chama de “terceira globalização” esse necessário papel de catalisadora dos grandes acontecimentos mundiais que precisa ser assumido pelas comunicações, que consiste em “levar em conta as questões de cultura e de comunicação e, para administrar a diversidade cultural, que se tornou um fato importante do mundo contemporâneo, ter a vontade de construir a coabitação cultural” (p. 43). Os estágios da globalização são explicados da seguinte maneira:

A primeira globalização foi política (a ONU e a construção do quadro da comunidade internacional). A segunda é econômica (ligada à liberalização econômica desde os anos 1980). A terceira, cultural, refere-se à importância crescente das questões de cultura e de comunicação. A globalização econômica não suprime as identidades culturais, mas reforça seus papéis. Quanto mais aberto é o mundo, mais os povos têm necessidade de raízes e de respeito das identidades culturais. A coabitação cultural é o meio de administrar pacificamente a terceira globalização, isto é, o surgimento do triângulo infernal (identidade – cultura – comunicação) nas relações internacionais. Não há cultura global nem mestiçagem ou cosmopolitismo generalizado, há a necessidade de respeitar a diversidade cultural, organizando a coabitação das culturas sobre uma base democrática (p. 233).

Mas como garantir que a globalização a partir da comunicação normativa aconteça da maneira desejada? Para Wolton, em primeiro lugar é preciso revalorizar as ciências do homem e da sociedade, e em particular as ciências da comunicação, que têm um papel importante a desempenhar. “Estas disciplinas conhecem a dificuldade das relações entre saber, poder e comunicação; sabem da necessidade da coabitação dos saberes e da obrigação da interdisciplinaridade” (p. 50). No setor privado, por exemplo, a globalização das empresas produz a necessidade de competências indispensáveis em termos de gestão multicultural e desenvolvimento humano. Em outros termos, explica Wolton, “a nomenclatura das profissões ligadas à informação e à comunicação está em plena expansão, na mesma proporção em que a comunicação ‘apropria-se’ da sociedade (p. 107).

Outras ciências essenciais para colocar a globalização nos trilhos da comunicação normativa são a antropologia e a geografia. Em outras palavras, a busca pelas raízes culturais e geográficas das culturas. Foi ilusório pensar que a virtualização da comunicação eliminaria nossas ligações físicas com o território, com nossas raízes. Ao contrário, ela ampliou a necessidade de se recuperar o sentido de pertencimento a uma comunidade espacialmente localizada, de se buscar a afirmação das tradições herdadas dos antepassados, de valorizar a herança religiosa e cultural das gerações que nos antecederam. É um erro, segundo Wolton, exigir que as pessoas abandonem essa riqueza antropológica por um universalismo frio e abstrato. O que se deve fazer, ao invés, é aproveitar o que existe de riqueza nessa diversidade, é mais uma vez organizar a coabitação das visões de mundo, assumir que nossas sociedades são cada vez mais multiculturais.

O grande espaço experimental para esses desafios da globalização, segundo Wolton, é a Europa unificada e cada vez mais multicultural. O sucesso do projeto de unificação europeia será uma baliza para o resto do mundo. A união dos países membros, que começou pela economia e pela técnica, agora enfrenta agudas dificuldades no plano das relações culturais, como a expansão do comunitarismo, a criação de guetos, as limitações de direitos civis aos 4 milhões de imigrantes e seus descendentes. Este é o momento para que a comunicação normativa assuma sua dimensão apaziguadora. O último capítulo do livro é dedicado especialmente à situação da França, berço dos valores do Iluminismo, essenciais para a democracia (e da francofonia, já que o francês é hoje falado por entre 300 e 400 milhões de pessoas, dos quais apenas 60 milhões são franceses), mas hoje cada vez mais dominada por um nacionalismo cultural e territorial que exclui a diversidade.

Para Wolton, cabe ao seu país dar um exemplo à Europa e ao mundo, tirando o cadáver da identidade do armário (p. 187). Se a França sucumbir ao comunitarismo, se escolher a segregação – que hoje, dada a visibilidade facilitada pelos meios digitais, tornou-se insuportável e geradora de imediata reação –, terá desperdiçado uma chance histórica de mais uma vez mostrar ao mundo o caminho a seguir, atualizando seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade em face do novo panorama da globalização. É uma escolha entre o que ele chama de *identidade cultural refúgio*, de entrincheiramento, ou de *identidade cultural relacional*, de abertura e arejamento às contribuições das culturas que nos cercam. Se a análise de Wolton estiver correta, o futuro da globalização e da democracia depende, em última instância, do tipo de identidade que escolhermos praticar. ■